

Resumo das Atividades Mensais em atendimento a Resolução nº 2029/2025.

Comissão Especial de Transparência da Câmara Municipal de Macaé, instaurada por meio da Portaria nº 036/2025 com publicação no Diário Oficial – Edição 1133 de 21/01/2025 (republicada por incorreção).

Membros:	Data: 10/06/2025 Início: 7:40h Fim: 9:30h	Data: 17/06/25 Início: 8:00h Fim: 9:25h	Data: 25/06/25 Início: 8:00h Fim: 9:40h	Data: 02/07/25 Início: 08:00h Fim: 9:40h
Débora Pereira Carneiro - Presidente	x	x	x	x
Chaeyn Fernandes Lima	x	x	x	x
Juliano F. Pereira Gáspio	x	x	x	x
Hérica Neves A. V. Almeida	x	x	x	x
Gabriel Carvalho P. Emerick	x	x	x	x

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 10/06/2025:**

- Corrigiu-se a funcionalidade dos botões de acessibilidade em atendimento ao chamado nº 6555.
- Inclui-se o ícone para declaração de inexistência de obras concluindo o chamado nº 6554.
- Releitura do Relatório nº 001/2025 da Comissão de LGPD em resposta ao email dessa Comissão que tratou sobre a dimensão 15 da ATRICON (Lei Geral de Proteção de Dados/Governo Digital). Foi recomendado a implementação de algumas ações para atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados, tendo a Comissão deliberado apenas por implementar o critério 15.1 com abertura do chamado nº 7325, considerando o período de avaliação do portal pelo Tribunal de Contas.
- Atualização do Menu Prestação de Contas do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, referente ao ano de 2023.
- Atualização do Menu Legislação com a inclusão das Leis Ordinárias nº 5.305 a 5.319/2025 e Leis Complementares nº 349 e 350/2025.

- Os Menus Frequência dos Vereadores e Votações Nominais foram atualizados quanto a competência de maio/2025.
- Recebida comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio da equipe do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), informando sobre a prorrogação do prazo para realização da autoavaliação do Portal da Transparência pela Câmara Municipal. Na oportunidade, o TCE-RJ recomendou a revisão das respostas já enviadas, com especial atenção aos critérios essenciais **4.1** e **4.2** da Cartilha da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), visando a adequação aos parâmetros de transparência exigidos. Diante dessa recomendação, a Comissão entendeu que para atender as exigências do critério 4.1 (despesas empenhadas, liquidadas e pagas) era necessário utilizar o link <https://macae.gov.br/pronimtb/index.asp?acao=3&item=2> referente a Despesa por Natureza da Despesa da GOVBR e não o da Movimentação Diária que era utilizado. Quanto ao critério 4.2, abriu-se o chamado 7133 para adequação dos formatos de exportação dos relatórios, uma vez que estava gerando apenas em pdf em não nos demais formatos exigidos por lei como txt, xml, excel, dentre outros.
- Feito a leitura do Voto GCS2 (TCE-RJ) que avalia a transparência ativa nos portais públicos nas esferas municipal e estadual. Após debate, os membros deliberaram pelo encaminhamento do voto para as Comissões e Frentes Parlamentares, a fim de aprimorarem o conhecimento da transparência ativa e passiva, bem como a operacionalização do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- Aberto o chamado 6708 para correção da nomenclatura “Ata” no Menu Licitações e Contratos/Ata de Adesão.
- Destacou-se a ausência do critério 11.7 da cartilha da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) que exige o Plano estratégico institucional. Os membros concordaram que a responsabilidade pela elaboração do referido documento ficará a cargo da Presidência, com o apoio da Diretoria de Comunicação, por se tratarem dos setores que detêm as informações necessárias para sua construção.
- Reiterado pedido feito à Diretoria de RH para corrigir a informação constante na folha de pagamento, substituindo a função gratificada pelo cargo efetivo de concurso.

► Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 17/06/2025:

- Analisado o pedido da Presidência para Criação de um espaço no Portal da Transparência para inserção das informações das atividades das Frentes Parlamentares. Abriu-se o chamado nº 6746 para alterar a nomenclatura do menu Comissões Legislativas para Comissões Legislativas/Frentes Parlamentares.
- Em seguida, verificou-se que seria melhor ter um Menu separado para a frente parlamentar, abriu-se o chamado nº 6803 aproveitando para solicitar a adequação de layout para a página das comissões provisórias e permanentes.
- Abertura do chamado nº 6902 substituindo o ícone “ARP” na home do site pelo ícone Frente Parlamentar
- Abertura do chamado nº 6878 para corrigir erro material no texto do Menu Radar Nacional da Transparência Pública/Governo Digital.
- Revisado o Menu Legislativo com a inclusão das Lei Ordinárias nº 5.312 a 5.321/2025.
- Os balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais de competência maio foram inseridos no Menu LRF.
- No Menu Recursos Humanos foram atualizadas as diárias e a relação de servidores do mês de maio/25.
- Adicionado o 1º quadrimestre de 2025 no Menu Relatório de Gestão Fiscal.
- Encaminhado email a Diretoria de Comunicação solicitando a inclusão do email da Vereadora Dra Mayara Rezende, após a comissão verificar que não constava no site.
- Os membros da Comissão discutiram a solicitação encaminhada à Comissão do SAPL referente à criação de um menu específico no sistema para inserção das atas das Frentes Parlamentares. Considerando as limitações técnicas do SAPL, deliberou-se pela reiteração do pedido e pelo agendamento de uma reunião com a Comissão do SAPL no dia 25/06, às 8h, com o objetivo de definir estratégias para viabilizar a divulgação adequada dessas informações.
- Foi exposto que os afastamentos de alguns vereadores não estavam sendo considerados no relatório do sistema do SAPL. Após algumas considerações, foi explicado que o sistema SAPL só examina as faltas justificadas, ou seja, aquelas que o Regimento Interno considera justificada

como atestado e licença médica. Revelou-se ainda que essas faltas precisam ser lançadas no local de faltas do sistema para serem consideradas pelo relatório e não em ocorrências da sessão, como acontecido em alguns casos. Diante disso, a comissão encaminhou email a Diretoria Legislativa informando o ocorrido e republicou os relatórios de frequência dos vereadores dos meses de março e abril.

- Chamado nº 7133 encerrado, o mesmo se referia a impossibilidade de gravação de relatórios em vários formatos.
- Introduziu-se o assunto sobre a substituição da sigla “FG” (Função Gratificada), que vem sendo apresentada na folha de pagamento como se fosse o cargo do servidor, em vez de constar o cargo efetivo proveniente de concurso público. Com base nos esclarecimentos da presidente, será aberto um chamado junto a empresa para esclarecimentos e providências uma vez que o correto é o cargo efetivo proveniente de concurso público.

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 25/06/2025:**

- A reunião teve a participação da Comissão Permanente de Controle, Manutenção e Execução do SAPL. O encontro entre essas comissões teve como objetivo a definição de um plano de publicação das atas das Frentes Parlamentares, uma vez que foi verificado que no sistema não havia um campo para a inserção das mesmas. Durante a reunião, foi explicado que o sistema de SAPL por ser um software público sem possibilidade de adequações, colocar as atas das Frentes Parlamentares no menu próprio seria inviável pois lá não existe essa opção. A solução encontrada por todos os membros foi inserir as informações relacionadas das Frentes tanto no menu próprio quanto no menu das comissões parlamentares, constando naquele menu a informação de que as atas estarão disponibilizadas no menu das comissões, com o devido link de acesso. Ainda foi deliberado que a Comissão de SAPL realizasse a atualização das Frentes Parlamentares no sistema.
- Chamados nº 6746, 6875 e 6803 foram encerrados, e os mesmos eram relacionados a criação e organização do Menu Frentes Parlamentares.
- Chamado nº 6902 encerrado, o mesmo era relacionado a substituição do ícone ARP na home do site pelo ícone Frente Parlamentar.
- Chamado nº 6878 encerrado, se referia a correção do erro material no menu Radar Nacional da Transparência Pública/Governo Digital.

- Após verificação do portal, foram abertos o chamado nº 7010 para ajuste no filtro de pesquisa nas atas digitais e chamado nº 6985 para exibição automática da data de atualização do Relatório de Gestão Fiscal.
- Encaminhado email para Diretoria de Comunicação, solicitando a adequação na estrutura organizacional quanto a Diretoria de Finanças para a Diretoria de Tesouraria.
- Enviado email para Diretoria Legislativa solicitando a colocação dos arquivos em pdf dos Decretos nº 2540 a 2601/2025 no sistema de SAPL, para facilitar a atualização do portal da transparência.
- Realizado atualização do Menu Recursos Humanos/Quadro Atual dos Servidores do mês de maio e do Menu Legislação com a inclusão das Leis Ordinárias nº 5.322 a 5.328/25.

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 02/07/2025:**

- Chamado nº 6985 encerrado, corrigida a exibição automática da data de atualização no Menu LRF.
- Chamado nº 7010 encerrado, corrigido erro no filtro de página das Atas Digitais.
- Atendido a solicitação feita a Diretoria de Comunicação, foi alterada a denominação de Diretoria de Finanças para Diretoria de Tesouraria na Estrutura Organizacional.
- Atualizado Menu Legislação com a inclusão dos Decretos Legislativos nº 2.512 a 2.601/2025 e da Resolução nº 2.030/2025.
- Menu Vereadores/Frequência Legislativa e Votações Nominais foram atualizados referente ao mês de junho.
- Aberto o chamado nº 7447 para a atualização do Menu Frente Parlamentar, tendo sido criado a Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Cicloviária e da Bicicleta.
- Foi compartilhado com os membros uma nota da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) que esclarecia sobre os riscos da desinformação e reforçava a importância da consulta em fontes oficiais. Essa nota ainda confirmou que permanece o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) quanto a natureza do parecer prévio dos Tribunais de Contas sobre as contas anuais dos prefeitos (caráter opinativo e não vinculante) e que as sanções aplicadas por esses tribunais têm execução imediata, não dependendo de aprovação legislativa.

- Após verificação das informações da Frentes Parlamentares, foi proposto o envio de um email para o presidente da Comissão de SAPL informando as inconsistências encontradas e recomendando a uniformização da grafia no cadastro das ementas, visando a padronização visual e coerência do conteúdo exibido.

Macaé-RJ, 10 de julho de 2025.

Débora Pereira Carneiro

Presidente da Comissão